

ATA Nº 108 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEAN/BC. Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil

e dezoito, às quatorze horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos os conselheiros: Rosana Possamai (Sec. Meio Ambiente), Fernanda Anita Ramos do Amaral (Sec. saúde), Jennifer Diniz (Sec. Educação), Uander Fernandes Chaves (OAB), Thays Wayne Gonçalves (SESC), Fabiana F. Luciano (OAB), Eduarda Montibeller (UDESC), Alessandra Guarini (SESC). Esteve como ouvinte a secretária executiva, Kellin da Rosa Talevi. A Presidente Fernanda dá boas vindas e explica que essa reunião extraordinária tem pauta única e pretende aprovar uma atualização da lei de criação do conselho para adequações. Explica que em outubro haverá o fórum para eleição das novas entidades não governamentais, e que seria importante estar com a lei atualizada para esse procedimento. Apresenta a acadêmica da UDESC Maria Eduarda, que acompanhará o conselho durante o semestre. Falou da decisão de revisão da lei surgiu também da necessidade de ampliar a participação de outras entidades da sociedade civil, pois o conselho sofreu com o engajamento, também em virtude do afastamento do Presidente Nairo que conduzia o conselho. Afirmou que o Conselho deseja muito aderir ao SISAN que é o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Mas para isso alguns passos são importantes, um deles é a atualização da lei conforme determina a legislação federal, inclusive para se pleitear recursos na área. Um dos itens que precisa ser alterado, por exemplo, é seguir a estrutura nacional e estadual, que determina representação de dois terços da sociedade civil e um terço governamental, para atualizar isso é essencial modificar a lei. Como a legislação terá que tramitar na Câmara de Vereadores e o procedimento é um pouco demorado, optou-se por agendar então essa reunião para que o conselho construa em conjunto e com as orientações do Conselho Nacional fazer essa análise. Na oportunidade foram apresentadas as representantes do SESC bem como a conselheira suplente da OAB. A Presidente pediu a autorização para colocar dois itens para discussão antes de começar a leitura de artigo por artigo da lei. Com anuência da plenária, a Presidente questionou sobre o evento estadual que ocorrerá no dia 15 de agosto, uma oficina seguida da plenária do Conselho Estadual de Segurança Alimentar, para que possa agilizar a questão do transporte. A conselheiras Fabiana, Jennifer e Fernanda se propuseram a participar. A Presidente ainda informou que o Conselho está vinculado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social e que materiais que eles precisarem é preciso solicitar a eles, especialmente no que se refere a quantidade de material gráficos, foi proposto a produção de 30 cartazes, 500 folders e um banner para colocar no espaço e abre para falas sobre a quantidade de material. O conselheiro Uander propõe também a entrega de um material para escrita, bloco e canetas para os participantes do fórum. A conselheira Thais também informa que o Sesc pode ajudar concedendo algum desses materiais. Ainda informaram que quanto ao coffee breck é geralmente consumido na cantina do Sesc quando os eventos ocorrem internamente em virtude de regulamento da entidade. Também foi exposto a questão de ser um cardápio mais saudável que vá de encontro inclusive as defesas do conselho. A Presidente ainda sugeriu um palestrante de fora, inclusive o nome de uma nutricionista chamada Sofy Deran, para trabalhar o tema "transforme sua relação com os alimentos". A conselheira Thays explicou que tem alguma experiência na implantação da Caisan, construção do plano municipal na área de segurança alimentar realizados no município de Blumenau onde atuava, e propõe que de repente tragam alguém com experiência em debater a política pública de segurança alimentar. A Presidente Fernanda explica que no caso essa palestrante seria para finalizar o fórum, antes disso haveria uma mesa de debates com então especialistas da área, pois a ideia do fórum é comemorar os 15 anos do Conselho e o Dia Mundial da Alimentação. Em seguida a Presidente passou a discussão da legislação apresentando uma proposta de minuta de lei que agregou o modelo proposto pelo conselho nacional juntamente com os artigos da lei municipal. Em seguida iniciou-se o debate item por item, sendo o primeiro a adequação da nomenclatura do Conselho, pois a nível nacional e estadual a sigla seria COMSEA, sendo atualmente chamado COMSEAN. O conselheiro Uander acredita que seria bom

adequar-nos os requisitos para que num futuro isso não seja impeditivo devido a não adequação. Portanto, a sigla ficará COMSEA. Os conselheiros também desejariam não revogar mas manter a lei em virtude do tempo de existência do conselho, para que essa informação fique mantida, portanto optam por apenas alteração de lei. A conselheira Thays (Sesc) propõe que a parte jurídica seja repassado então ao departamento competente e que os conselheiros se atenham mais ao seu conteúdo e o que precisam adaptar referente a legislação federal: **MINUTA DA LEI-FORMAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ. - Projeto de Lei nº XXXXXXXX, de 2018. Altera a Lei Nº 2278/2003 que instituiu o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Comsean e dá outras providências. Eu, Prefeito do Município de Balneário Camboriú, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Comsea, órgão colegiado, de caráter consultivo e permanente, vinculado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Inclusão Social, constituindo-se em espaço de articulação entre o governo municipal e a sociedade civil para a formulação, avaliação e controle de diretrizes para políticas e ações na área da segurança alimentar e nutricional. Parágrafo único. Segurança alimentar e nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. A segurança alimentar deve ser obtida respeitando-se as características culturais dos cidadãos, manifestadas no ato de se alimentar. É de responsabilidade do Município assegurar este direito, devendo fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil e os outros entes da Federação, com cada parte cumprindo suas atribuições específicas. Art. 2º Cabe ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsea) estabelecer diálogo permanente entre o Governo Municipal e as organizações sociais nele representadas, com o objetivo de assessorar a Prefeitura do Município de Balneário Camboriú na formulação de políticas públicas e na definição de diretrizes e prioridades que visem a garantia do direito humano à alimentação adequada. Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Comsea do Município de Balneário Camboriú: I. Propor e pronunciar-se sobre as diretrizes da política, do plano e do sistema municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem implementadas no município; II. Propor, acompanhar e avaliar as ações do Governo Municipal e das organizações da sociedade civil na área de segurança alimentar e nutricional; III. Propor, acompanhar e avaliar os projetos e ações prioritárias da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem incluídos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei do Orçamento Anual, do Município de Balneário Camboriú; IV. Articular e mobilizar a sociedade civil organizada, no âmbito da política municipal de segurança alimentar e nutricional, indicando prioridades; V. Realizar estudos que fundamentam as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional; VI. Organizar e implementar as Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional; VII. Articular áreas do governo municipal com organizações da sociedade civil para implementação de ações voltadas para o combate à insegurança alimentar e nutricional no âmbito do Município de Balneário Camboriú; VIII. Interagir com a sociedade para democratizar as informações inerentes à segurança alimentar e nutricional, bem como, solicitar às instituições públicas e privadas, dados sobre programas e projetos referentes ao tema; IX. Elaborar e aprovar seu regimento interno. Parágrafo único. Compete também ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsea) do Município de Balneário Camboriú estabelecer relações de cooperação com conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional de Municípios da região, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Santa Catarina e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Art. 4º O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsea) do Município de Balneário Camboriú será composto por no mínimo 12 conselheiros(as), sendo 2/3 de representantes da sociedade civil organizada e 1/3 de**

JAR *Rosp* 2

representantes do Governo Municipal, preferencialmente, ou por no mínimo maioria de representantes da sociedade civil organizada. § 1º - Caberá ao Governo Municipal indicar seus representantes incluindo as Secretarias afins ao tema da Segurança Alimentar e Nutricional. § 2º - A definição da representação da sociedade civil deverá ser estabelecida por meio de eleição no Fórum Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Balneário Camboriú (FSAN), aos seguintes setores: I. Movimento Sindical, de empregados e patronal, urbano e rural; II. Associação de classes profissionais e empresariais; III. Instituições religiosas de diferentes expressões de fé, existentes no Município; IV. Movimentos populares organizados; V. Associações comunitárias e organizações não governamentais; VI. Instituições de ensino e pesquisa; VII. Entidades integrantes do Sistema "S". § 3º - As instituições representadas no Comsea devem ter efetiva atuação no município. § 4º - Os conselheiros titulares e suplentes do Comsea serão nomeados por meio de decreto municipal, sendo os governamentais indicados pelo Prefeito e os não governamentais indicados pelas entidades eleitas em Fórum próprio. § 5º - Os(as) Conselheiros(as) suplentes substituirão os(as) titulares, em seus impedimentos, nas reuniões do Comsea e de suas Câmaras Temáticas, com direito a voz e voto. § 6º - O mandato dos membros representantes da sociedade civil no Comsea será de dois anos, admitidas duas reconduções consecutivas. § 7º - O Comsea será presidido por um(a) conselheiro (a) representante da sociedade civil, escolhido por seus pares, na primeira reunião ordinária após a eleição da nova gestão. § 8º - Poderão ser convidados a participar das reuniões do Comsea, sem direito a voto, representantes de outros órgãos ou entidades públicas, bem como pessoas que representem a sociedade civil, sempre que da pauta constar assuntos de sua área de atuação. § 9º - Os membros do Comsea não receberão qualquer remuneração, exercendo gratuitamente suas funções, consideradas como prestação de serviço público relevante ao Município. Art. 5º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – Comsea do Município de Balneário Camboriú contará com câmaras temáticas permanentes, que prepararão as propostas a serem por ele apreciadas. § 1º - As câmaras temáticas serão compostas por conselheiros(as) designados(as) pelo plenário do Comsea observadas as condições estabelecidas no seu regimento interno. § 2º - Na fase de elaboração das propostas a serem submetidas ao plenário do Comsea, as câmaras temáticas poderão convidar representantes de entidades da sociedade civil, de órgãos e entidades públicas e técnicos afetos aos temas nelas em estudo. Art. 6º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsea) do Município de Balneário Camboriú poderá instituir grupos de trabalho, em caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas. Art. 7º - Cabe ao Governo Municipal assegurar ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – Comsea do Município de Balneário Camboriú, assim como as suas câmaras temáticas e grupos de trabalho, por meio da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, os meios necessários ao exercício de suas competências, incluindo "suporte administrativo e técnico e recursos financeiros assegurados pelo orçamento municipal. Art. 8º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – Comsea do Município de Balneário Camboriú reunir-se-á no mínimo, ordinariamente, em sessões mensais e extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou, pelo menos, pela metade de seus membros, com antecedência mínima de cinco dias. Art. 9º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – Comsea do Município de Balneário Camboriú elaborará o seu regimento interno em até sessenta dias, a contar da data de sua instalação. Art. 10º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – Comsea do Município de Balneário Camboriú poderá solicitar, em órgãos e entidades da administração direta ou indireta do Município, dados, informações e colaboração para o desenvolvimento de suas atividades. Art. 11º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Balneário Camboriú, XX de XXXXX de 2018. Ao final também foi debatido sobre a questão do artigo 10º da lei atual do conselho, referente ao recebimento de doações, Ketlin informou que não entende esse artigo, pois o conselho não possui fundos para receber doações, e que inclusive é preciso atenção a este tipo de afirmação uma vez que o conselho é órgão fiscalizador de controle



social e não o gestor da política pública. Inclusive foi falado que recebendo doações é necessário prestação de contas, envolve estrutura como contabilidade entre outros, no qual não compete ao conselho executar. A conselheira Rosana questiona se não há fundo como o conselho receberá a verba federal. Ketlin explica que quem receberá é possivelmente a Secretaria que irá desenvolver o serviço, em nosso caso geralmente a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, que é quem administra o recurso público. Deu exemplo do edital recém recebido pelo Conselho que previa verba de até 500 mil reais para o município adequar seu banco de alimentos, contudo um dos requisitos era que o Conselho Municipal de Segurança Alimentar estivesse regularmente em funcionamento com a legislação adequada. A Presidente Fernanda diz que a legislação de Itajaí criou o fundo municipal, mas Ketlin explica que essa lei então teria que ser enviada pelo poder executivo em virtude de gerar gastos, portanto o Conselho não poderia pedir alteração via Câmara de Vereadores apenas. A conselheira Thays afirma que a política andando o próprio Governo se interessará pela temática e perceberá a necessidade de sua criação. O conselheiro Uander concorda com a retirada e acredita que futuramente isso poderá ser fomentado. Em seguida, fica acordado que a minuta aprovada será reencaminhada por email aos conselheiros que terão os próximos dois dias para dar um último retorno de alguma adequação. Após isso, Ketlin propõe que o conselho converse com a presidência com a Câmara de Vereadores para solicitar a agilidade no processo de aprovação. O conselheiro Uander questionou se o projeto de lei de criação do Conselho foi de iniciativa do Executivo, pois se formos direto ao legislativo poderíamos queimar algumas etapas. Ketlin informou que será encaminhado uma cópia ao Secretário de Articulação, para que chegue a mão do Prefeito a proposta de alteração de lei, justificando inclusive que a mudança tem o objetivo de ajudar o município na captação de verbas e na evolução da política de segurança alimentar, pois o projeto não envolve recursos ou ingerência na administração pública, mas sim um aprimoramento da participação popular. Ketlin acredita que fazer a tramitação pelo legislativo talvez ajudasse a agilizar a aprovação da lei, em virtude do desejo do conselho de aprová-lo até o início de outubro. Mas incentiva ao Conselho buscar uma conversa com o Prefeito e o Secretário de Articulação Omar a fim de apresentar toda essa estrutura para a política de segurança alimentar. Sem mais assuntos a serem tratados a Presidente encerrou a reunião e eu Ketlin da Rosa Talevi secretária executiva redijo a presente ata que após lida e aprovada deverá ser assinada pelos presentes.



